



Organização dos  
Estados Americanos



## COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

OEA/Ser.L  
CIM/doc.123/14  
5 fevereiro 2014  
Original: espanhol

RELATÓRIO ANUAL DA  
COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES (CIM)  
AO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES  
DA ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS



## SUMÁRIO

Introdução.....	i
Resumo Executivo.....	iii
I. Origem, bases jurídicas, estrutura e fins.....	1
II. Atividades das autoridades da CIM.....	2
III. Cumprimento dos mandatos adotados pela Assembleia Geral da OEA em seu Quadragésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões.....	4
IV. Cumprimento dos acordos adotados nas sessões ordinárias do Comitê Diretor da CIM 2013-2015 .....	5
V. Atividades da Secretaria da CIM: Implementação do Programa Trienal de Trabalho da CIM 2013-2015	
a. Cidadania política substantiva das mulheres para a democracia e a governabilidade .....	9
b. Direitos humanos das mulheres e violência de gênero .....	13
c. Segurança cidadã sob um enfoque de gênero .....	16
d. Institucionalização do enfoque de direitos humanos e igualdade de gênero no trabalho da OEA.....	17
VI. Comemoração do 85º aniversário da CIM.....	20
Anexo: Execução orçamentária do Fundo Ordinário da CIM em 31 de dezembro de 2013.....	22



## INTRODUÇÃO

Em conformidade com as disposições constantes dos artigos 91, f e 126 da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) apresenta seu Relatório Anual à Comissão Geral do Conselho Permanente, a fim de que o encaminhe à consideração do Quadragésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, com as observações e recomendações que julgar pertinentes.

Este relatório resume as atividades realizadas pela CIM entre março de 2013 e fevereiro de 2014, em cumprimento de seus mandatos emanados do *Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero (PIA)*, do *Plano Estratégico da CIM 2011-2016*, de resoluções específicas da Assembleia Geral da OEA, de acordos adotados pelo Comitê Diretor da CIM e da declaração e das resoluções adotadas pela Trigesima Sexta Assembleia de Delegadas da CIM (29 e 30 de outubro de 2012, São José, Costa Rica).

O *Plano Estratégico da CIM 2011-2016*, adotado pelo Comitê Diretor da CIM 2011-2012 em sua Primeira Sessão Ordinária (7 e 8 de abril de 2011), busca fortalecer o papel primordial da CIM como foro político hemisférico dos direitos humanos das mulheres e da igualdade de gênero, bem como sua coordenação com os demais órgãos e organismos da OEA, os organismos internacionais, a sociedade civil e outros setores-chave.

No período deste relatório, a CIM trabalhou para promover a cidadania política plena das mulheres como componente imprescindível da governabilidade democrática e a eliminação da violência de gênero, questões fundamentais para o exercício dos direitos humanos e da segurança do cidadão. Continuou apoiando a integração do enfoque de gênero como precondição do desenvolvimento humano sustentável e inclusivo e fortaleceu a imagem da OEA como a organização que responde às demandas das mulheres do hemisfério.

Entre julho e setembro de 2013, a CIM publicou dois estudos sobre o exercício concreto dos direitos políticos das mulheres nos sistemas democráticos das Américas. *A aposta pela paridade: Democratizando o sistema político na América Latina (os casos do Equador, da Bolívia e da Costa Rica)*, elaborado em colaboração com o Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA Internacional), documenta e analisa, de maneira crítica e sistemática, os processos que conduziram à aprovação da paridade em alguns países da região. O estudo *A cidadania das mulheres nas democracias das Américas*, elaborado em colaboração com a IDEA Internacional e a ONU Mulheres, faz uma reflexão e examina criticamente a democracia sob diversas perspectivas, visões, preocupações e propostas na América Latina, no Caribe anglófono e no Canadá.

Com o apoio do Governo do Canadá, a CIM organizou o Encontro Internacional “Direitos humanos das mulheres: Boas práticas na justiça de gênero”, de 25 a 27 de setembro em Buenos Aires, Argentina, em colaboração e com o apoio da Corte Suprema de Justiça da Argentina. A reunião teve como objetivo analisar a situação atual da justiça de gênero, identificando tanto os obstáculos persistentes como as boas práticas existentes nos países da região. Com base nessa análise das boas práticas, o seminário identificou 17 boas práticas na justiça de gênero e na resposta à violência contra as mulheres, que incluem experiências de diversos setores (polícia, promotoria pública, corte suprema, poder executivo, sociedade civil, comunidade internacional), bem como áreas específicas de cooperação

hemisférica, para fomentar e potencializar a justiça de gênero como uma ferramenta poderosa na luta contra a discriminação e a violência.

Em acompanhamento dos acordos adotados na Primeira Sessão Ordinária do Comitê Diretor da CIM 2013-2015 (28 de fevereiro de 2013), a CIM organizou, no âmbito do Quadragésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA (4 a 6 de junho de 2013, em La Antigua, Guatemala) e em colaboração com a Comissão Interamericana contra o Abuso de Drogas (CICAD) da OEA, a mesa-redonda “Mulheres e drogas nas Américas: Um diagnóstico em construção”, com o objetivo de conscientizar os delegados da OEA e outros participantes da crescente participação das mulheres no complexo tema das drogas. O evento reuniu representantes do governo, do mundo acadêmico, da sociedade civil e da comunidade internacional para o intercâmbio dos conhecimentos atuais sobre como as mulheres participam da comercialização das drogas ilícitas e identificar áreas em que se precisa de mais pesquisa, políticas públicas e programas específicos.

A CIM continuará trabalhando para cumprir os mandatos recebidos e alcançar seu fortalecimento, atendendo às demandas das mulheres e lutando para que o respeito aos direitos humanos e a concretização da igualdade de gênero se transformem em realidade em todo o hemisfério.

María Isabel Chamorro  
Presidente, 2013-2015  
Comissão Interamericana de Mulheres

## RESUMO EXECUTIVO

Este relatório apresenta as atividades da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) em cumprimento de seus mandatos no período compreendido entre março de 2013 e fevereiro de 2014, derivados do *Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero* (PIA), do *Plano Estratégico da CIM 2011-2016*, de resoluções específicas da Assembleia Geral da OEA, de acordos adotados pelo Comitê Diretor da CIM 2011-2012 em sua Terceira Sessão Ordinária (17 e 18 de abril de 2012 em Washington, D.C.) e da declaração e das resoluções adotadas pela Trigésima Sexta Assembleia de Delegadas da CIM (29 e 30 de outubro de 2012, São José, Costa Rica).

No acompanhamento dos múltiplos mandatos conferidos pela Assembleia Geral da OEA à Secretaria-Geral em relação ao fortalecimento da CIM<sup>1</sup> no período examinado, o Secretário-Geral ofereceu importante apoio político à CIM, participando pessoalmente ou por meio do Secretário-Geral Adjunto de diversos eventos organizados pela Comissão. Também apoiou a CIM na busca de recursos para projetos existentes e novos.

O cumprimento do mandato de fortalecimento da CIM passa pelo aumento da coordenação interna com todas as áreas da Organização e pela participação contínua em suas atividades para assegurar a integração sob a perspectiva de direitos e igualdade de gênero. Também inclui a implementação do Programa de Gênero para a Secretaria-Geral da OEA, bem como apoio técnico às diversas Secretarias e aos países membros da organização.<sup>2</sup>

A CIM avançou na coordenação e colaboração com as principais áreas da OEA, contribuindo para uma melhor compreensão dos impactos negativos das desigualdades de gênero em cada uma de suas áreas temáticas, a fim de assegurar que as políticas públicas e as estratégias de ação contribuam para eliminar as desigualdades entre as mulheres e os homens nos países da Américas.

A CIM recebeu neste período três mandatos da Assembleia Geral e 11 mandatos específicos de seu Comitê Diretor. Deles, os três mandatos da Assembleia Geral são de natureza contínua e permanente – ou seja, devem estar sempre em execução. Dos acordos do Comitê Diretor, nove foram cumpridos integralmente e dois estão em processo de cumprimento.

Para a implementação desses mandatos, a CIM realizou diversas atividades, que neste relatório são apresentadas nas áreas identificadas como “pilares” da Organização dos Estados Americanos: i) democracia e governabilidade; ii) direitos humanos; iii) segurança multidimensional; e iv) desenvolvimento integral.

---

1. AG/RES. 1451 (XXVII-O/97), AG/RES. 1592 (XXVIII-O/98), AG/RES. 1625 (XXIX-O/99), AG/RES. 1777 (XXXI-O/01), AG/RES. 1941 (XXXIII-O/03), AG/RES. 2021 (XXXIV-O/04), AG/RES. 2124 (XXXV-O/05), AG/RES. 2161 (XXXVI-O/06), AG/RES. 2323 (XXXVII-O/07), AG/RES. 2441 (XXXIX-O/09), AG/RES. 2560 (XL-O/10), AG/RES. 2685 (XLI-O/11); AG/RES. 2710 (XLII-O/12); e AG/RES. 2770 (XLIII-O/13).

2. Para mais informações sobre os avanços no nível de Secretaria-Geral da OEA na integração de um enfoque de direitos e de igualdade de gênero, ver o *Relatório do Secretário-Geral sobre a Implementação do “Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero” em cumprimento da resolução AG/RES. 2770 (XLIII-O/13)*, documento CIM/doc.124/14.



## I. ORIGEM, BASES JURÍDICAS, ESTRUTURA E FINS

A CIM foi criada na Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928) para preparar “a informação jurídica e de qualquer outro tipo que possa ser considerada conveniente para que a Sétima Conferência Internacional Americana possa abordar o estudo da igualdade civil e política da mulher no Continente”.

A Nona Conferência Internacional Americana (Bogotá 1948) aprovou o primeiro Estatuto da Comissão, mediante o qual sua estrutura foi consolidada e o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) autorizado a estabelecer a Secretaria Permanente da CIM.

Em 1953, a Comissão assinou um Acordo com o Conselho Permanente da OEA pelo qual a CIM foi reconhecida como organismo especializado interamericano, de caráter permanente e com autonomia técnica na realização de seus objetivos.

A Décima Conferência Interamericana (Caracas, 1954) reformou o Estatuto da CIM, ratificando-a como organismo especializado de caráter permanente, ampliou suas funções e lhe outorgou a faculdade de poder reformar seu Estatuto.

Posteriormente, em 1978, de acordo com o artigo 134 da Carta da OEA e as Normas para a Aplicação e Coordenação das Disposições da Carta da OEA sobre organismos especializados interamericanos, foi assinado um novo acordo entre a CIM e a OEA.

Como o principal foro hemisférico dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, a CIM vincula os compromissos adquiridos no nível internacional na área de direitos humanos das mulheres com políticas públicas efetivas no nível nacional, a fim de apoiar a plena cidadania política, econômica e social das mulheres. A CIM luta pelos direitos e responde às demandas das mulheres em cinco âmbitos-chave: i) democracia e a governabilidade; ii) direitos humanos; iii) segurança multidimensional; iv) desenvolvimento integral; e v) institucionalização do enfoque de direitos e de igualdade de gênero no trabalho da OEA e em seus Estados membros. Nessas áreas, a CIM fornece apoio técnico nos níveis jurídico, político e programático, gere projetos regionais específicos e utiliza a gestão participativa de conhecimentos para assegurar que as discussões e as decisões políticas e programáticas se baseiem em dados concretos.

A CIM busca alcançar seus objetivos por meio dos seguintes órgãos: Assembleia de Delegadas; Comitê Diretor, composto pela Presidente, por três Vice-Presidentes e por cinco representantes de países membros, todos eles eleitos pela Assembleia; e Secretaria Permanente, que desempenha as funções administrativas, técnicas e executivas da Comissão. A Assembleia de Delegadas é a autoridade suprema da CIM, e suas resoluções, com as da Assembleia Geral da OEA, estabelecem as diretrizes para o trabalho da CIM.

O Estatuto da CIM concede aos governos que têm observadores permanentes credenciados junto à OEA o caráter de observadores permanentes junto à CIM.

## II. ATIVIDADES DAS AUTORIDADES DA CIM

Em acompanhamento da resolução CIM/RES. 257 (XXXV-O/10), adotada pela Trigesima Quinta Assembleia de Delegadas da CIM (3 a 5 de novembro de 2010, Cidade do México), em 29 e 30 de outubro de 2012 foi realizada a Trigesima Sexta Assembleia de Delegadas da CIM em São José, Costa Rica.

Essa Assembleia elegeu o Comitê Diretor da CIM para o período 2013-2015:

Presidente:	Costa Rica (María Isabel Chamorro)
Vice-Presidentes:	Haiti (Marie Yanick Mézile) Panamá (Markelda Montenegro de Herrera) Uruguai (Beatriz Ramírez Abella)
Membros:	Barbados, Estados Unidos, Guatemala, México e Peru

Neste período, a Presidente da CIM, Maureen Clarke Clarke (Costa Rica), renunciou ao cargo de Presidente (31 de julho de 2013). Em conformidade com o artigo 19 do Estatuto da CIM, os membros do Comitê Diretor (Barbados, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, México, Peru e Uruguai) elegeram por aclamação a Vice-Presidente da CIM, Markelda Montenegro de Herrera (Panamá), como Presidente Interina, cargo que exerceu entre 1º de agosto e 26 de setembro de 2013. Em 27 de setembro, a nova Delegada Titular da Costa Rica, María Isabel Chamorro, assumiu a Presidência da CIM. As Vice-Presidências da CIM continuam com o Haiti, o Panamá e o Uruguai.

### *A Presidente da CIM*

A Presidente da CIM Maureen Clarke Clarke participou dos seguintes eventos:

- Primeira sessão ordinária do Comitê Diretor da CIM 2013-2015 (28 de fevereiro-1º de março de 2013, Washington, D.C., EUA);
- Mesa-redonda “Os direitos das mulheres: Da lei à prática”, marcada pelo lançamento do 85º aniversário da Comissão Interamericana de Mulheres. Nela, as palestrantes compartilharam informações, boas práticas e outras reflexões sobre as oportunidades e os desafios na implementação das estruturas jurídicas internacional e nacional no campo dos direitos das mulheres e identificaram políticas públicas concretas para fazer avançar o exercício real desses direitos para todas as mulheres do hemisfério.
- Quinquagésima Sétima Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Condição Social e Jurídica da Mulher (CSW, de 4 a 15 de março de 2013, Nova York, EUA). Em sua intervenção nessa reunião, cujo tema principal foi “Prevenção e eliminação de todas as formas de violência contra a mulher”, a Presidente enfatizou a importância das ferramentas regionais de luta contra a violência para as mulheres, como a Convenção de Belém do Pará. Como resultado, conseguiu-se que, pela primeira vez, os instrumentos jurídicos regionais e os resultados de seus mecanismos de acompanhamento fossem mencionados nas conclusões acordadas da CSW.
- Evento paralelo ao Quadragésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA (3 de junho, La Antigua, Guatemala) sobre “Mulheres e drogas nas Américas: Um diagnóstico em construção”, no qual as palestrantes intercambiaram conhecimentos sobre como as mulheres participam do tema das drogas e identificaram áreas concretas em que se precisa de mais pesquisa,

políticas públicas e programas com enfoque nos direitos humanos e na igualdade de gênero.

- Quadragésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA (3 a 5 de junho de 2013, La Antigua, Guatemala), no qual apresentou os relatórios anuais da CIM.
- Lançamento do estudo da CIM e do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA Internacional) “A aposta pela paridade: Democratizando o sistema político na América Latina: Os casos do Equador, da Bolívia e da Costa Rica” (19 de junho, São José, Costa Rica).

A Presidente da CIM María Isabel Chamorro participou dos seguintes eventos:

- Décima Segunda Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (15 a 18 de outubro, São Domingos, República Dominicana), cujo tema principal foi “Igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e as tecnologias da informação e da comunicação”, que resultou na adoção do *Consenso de São Domingos*, que contém acordos ambiciosos para fazer avançar os direitos das mulheres e a igualdade de gênero nas áreas de: i) tecnologias da informação e da comunicação; ii) empoderamento econômico das mulheres; iii) saúde sexual e saúde reprodutiva das mulheres; iv) eliminação da violência contra as mulheres; v) empoderamento das mulheres para a participação política e a tomada de decisões; e vi) mecanismos para o empoderamento das mulheres.
- Quinta Conferência de Estados Partes da Convenção de Belém do Pará (18 e 19 de novembro de 2013, Washington, D.C., EUA), na qual os Estados debateram o tema do fortalecimento do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção (MESECVI) e fecharam diversos acordos sobre o tema, além da comemoração do vigésimo aniversário da Convenção em 2014.<sup>3</sup>
- A segunda sessão ordinária do Comitê Diretor da CIM 2013-2015 (20 de novembro de 2013, Washington, D.C., EUA)

No período deste relatório, as Presidentes da CIM emitiram as seguintes mensagens comemorativas:

- No Dia da Mulher das Américas (18 de fevereiro de 2013), a Presidente da CIM Maureen Clarke Clarke, emitiu a mensagem em que lançou a comemoração do 85º aniversário da CIM e enfatizou os avanços da CIM na consolidação e promoção de uma estrutura jurídica internacional para os direitos das mulheres e a igualdade de gênero. Destacou também os desafios persistentes para a plena cidadania das mulheres e detalhou suas prioridades na presidência para os próximos anos: i) a violência contra as mulheres como assunto de segurança do cidadão; ii) as políticas e os sistemas de cuidado como condição necessária para a autonomia econômica; e iii) a participação política das mulheres

---

3. Para mais informações sobre o trabalho do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) e os resultados da Quinta Conferência de Estados Partes, ver o Relatório sobre a Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará” em cumprimento da resolução AG/RES.2803/13 (XLIII-O/13) (CIM/doc.125/14).

### III. CUMPRIMENTO DOS MANDATOS ADOTADOS PELA ASSEMBLEIA GERAL DA OEA EM SEU QUADRAGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES

Mandato	Estado de cumprimento	Comentários
<b>AG/RES. 2770 (XLIII-O/13)</b> “Promoção dos direitos humanos da mulher e da equidade e igualdade de gênero e fortalecimento da Comissão Interamericana de Mulheres”	Permanente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CIM continua o acompanhamento e a implementação do PIA.<sup>4</sup></li> <li>- Deu-se continuidade à implementação do Plano Estratégico da CIM 2011-2016.</li> <li>- Iniciou-se a implementação do Programa Trienal de Trabalho 2013-2015.</li> <li>- Iniciaram-se acordos e atividades de colaboração com organismos internacionais, grupos da sociedade civil e instituições acadêmicas e de pesquisa.</li> <li>- Fortaleceu-se a visibilidade da CIM na região mediante iniciativas de comunicação e divulgação.</li> </ul>
<b>AG/RES.2803/13 (XLIII-O/13)</b> “Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ‘Convenção de Belém do Pará’”	Permanente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CIM trabalha permanentemente como Secretaria do MESECVI.<sup>5</sup></li> <li>- Deu-se continuidade à Segunda Rodada de Acompanhamento das Recomendações, que incluiu a adoção e distribuição do <i>Sistema de indicadores de progresso para a medição da implementação da Convenção de Belém do Pará</i>.</li> <li>- Realizou-se a Quinta Conferência de Estados Partes (18 e 19 de novembro de 2013, Washington, D.C.).</li> <li>- Realizou-se a Décima Reunião da Comissão de Peritas(os) do MESECVI (11 e 12 de setembro de 2013, Washington, D.C.).</li> </ul>
<b>AG/RES. 2802 (XLIII-O/13)</b> “Promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas vulneráveis ao HIV/AIDS, vivendo com HIV/AIDS e afetadas pelo HIV/AIDS nas Américas”	Permanente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A OEA firmou um acordo de colaboração com o UNAIDS (janeiro de 2014), pelo qual esse programa se propõe uma maior colaboração com a CIM (e outros órgãos da SG).</li> <li>- A Secretaria da CIM está colaborando com o UNAIDS na elaboração de material para a promoção dos direitos humanos de mulheres jovens portadoras do HIV</li> <li>- A CIM firmou um acordo de colaboração com a Fundação Mais Paz Menos AIDS</li> </ul>

4. Para mais informações sobre os avanços no nível da Secretaria-Geral da OEA sobre a integração de um enfoque de direitos e de igualdade de gênero, ver o *Relatório do Secretário-Geral sobre a Implementação do “Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero” em cumprimento da resolução AG/RES. 2770 (XLIII-O/13)*, documento CIM/doc.124/14.

5. Para mais informações sobre o trabalho do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) e os resultados da Quinta Conferência de Estados Partes, ver o Relatório sobre a Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará” em cumprimento da resolução AG/RES.2803/13 (XLIII-O/13) (CIM/doc.125/14).

#### IV. CUMPRIMENTO DOS ACORDOS ADOTADOS NAS SESSÕES ORDINÁRIAS DO COMITÊ DIRETOR DA CIM 2013-2015

A Primeira Sessão Ordinária do Comitê Diretor da CIM 2011-2012 (abril de 2011) adotou o *Plano Estratégico da CIM 2011-2016*,<sup>6</sup> que tem como estratégias principais:

- i) a articulação e harmonização das ações da CIM com as da OEA; e
- ii) a institucionalização do enfoque de direitos e de igualdade de gênero nos principais foros, programas e no planejamento institucional da organização. A estrutura do Plano basei-se em quatro áreas programáticas, para harmonizar e articular as ações da CIM com os quatro pilares temáticos da OEA, seus programas, foros e estratégias:
  - cidadania política substantiva das mulheres para a democracia e a governabilidade;
  - segurança e cidadania econômica das mulheres;
  - direitos humanos das mulheres e violência de gênero; e
  - segurança cidadã sob um enfoque de gênero.

##### *Primeira sessão ordinária do Comitê Diretor da CIM 2013-2015*

(28 de fevereiro-1º de março de 2013, Washington, D.C.)

Acordo		Estado de cumprimento
1	Visto o Relatório de Atividades da Presidente e da Secretária Executiva da CIM, constante do documento CIM/CD/doc.4/13, e dada a importância do enfoque de direitos humanos das mulheres e da equidade e igualdade de gênero para o trabalho da OEA, solicita-se ao Secretário-Geral da OEA que encaminhe esse tema à consideração do Conselho Permanente da OEA com o objetivo de se implementar um enfoque de gênero de maneira transversal no trabalho da Organização	<b>Em processo de cumprimento</b>  O trabalho de integração de gênero no trabalho da OEA é um trabalho permanente da Secretária da CIM.
2	Visto o projeto de “Plano de trabalho da Presidência da CIM 2013-2015”, constante do documento CIM/CD/doc.7/13, e em preparação da realização de 20º aniversário da adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994) e do 10º aniversário da criação de seu Mecanismo de Acompanhamento (MESECVI, 2004) em 2014, solicita-se: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. à Secretária Executiva da CIM e à Secretária Técnica do MESECVI que elaborem um documento de balanço dos 20 anos da Convenção de Belém do Pará – no nível sub-regional e hemisférico – com enfoque no significado e na influência da Convenção nas legislações e políticas públicas de prevenção e atendimento, além do tema de tráfico, para apresentação e consideração na Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretor da CIM 2013-2015, a realizar-se no último trimestre de 2013;</li> <li>2. ao Comitê Diretor, às Delegadas junto à CIM e à Secretária Executiva da CIM que organizem em 2014 foros ou encontros</li> </ol>	<b>Em processo de cumprimento</b>  1. Está em processo de elaboração a versão preliminar do documento de balanço, que será distribuída oportunamente às Delegadas da CIM para comentários e observações.  2. A Secretária recebeu manifestações de interesse de diversos Estados para a organização de foros

6. Disponível em <http://www.oas.org/es/cim/plan.asp>

	Acordo	Estado de cumprimento
	<p>nacionais e sub-regionais de balanço sobre a implementação da Convenção de Belém do Pará, para o que poderão tomar como ponto de partida o documento elaborado pela Secretaria Executiva da CIM, respeitados os limites dos recursos financeiros e humanos disponíveis;</p> <p>3. ao Comitê Diretor e à Secretaria Executiva da CIM que elaborem a proposta do foro hemisférico “Saldo da Convenção de Belém do Pará; 20 anos de prevenção, punição e erradicação da violência contra as mulheres”, que inclua uma versão preliminar de agenda e um plano para a mobilização dos recursos necessários para a realização desse foro;</p> <p>4. ao Conselho Permanente da OEA que incorpore a comemoração do 20º aniversário da Convenção de Belém do Pará e do 10º aniversário do MESECVI no trabalho e nos acordos finais do Quadragésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA.</p>	<p>hemisféricos e sub-regionais em 2014. As Delegadas serão oportunamente informadas se algum desses foros se concretizar.</p> <p>3. A Secretaria concretizou um acordo com o Governo do Brasil para a realização do Fórum Hemisférico Belém do Pará +20, de 19 a 21 de novembro de 2014 em Brasília.</p> <p>4. A comemoração do vigésimo aniversário da Convenção de Belém do Pará foi incluída na resolução AG/RES.2803/13 (XLIII-O/13) da 43ª Assembleia Geral da OEA</p>
3	<p>Visto o projeto de Estratégia para o fortalecimento da relação entre a CIM e a sociedade civil, constante do documento CIM/CD.doc.6/13, solicita-se à Secretaria Executiva da CIM que:</p> <p>1. incorpore os comentários apresentados pelas Delegadas nessa sessão e distribua um projeto revisto da Estratégia para os comentários das Delegadas no prazo de até 90 dias;</p> <p>2. com base nos comentários recebidos, elabore uma versão revista da Estratégia para ser considerada na Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretor da CIM 2013-2015, que inclua:</p> <p>a. a lista das organizações registradas junto à OEA que trabalham com os temas de gênero, direitos das mulheres e/ou direitos humanos; e</p> <p>b. a análise da participação dessas organizações nas atuais atividades da OEA.</p>	<p><b>Cumprido</b></p> <p>A versão revista da Estratégia (CIM/doc.6/13 rev.1) foi distribuída às Delegadas em 07/11/13.</p> <p>Foram incorporados os comentários recebidos das Delegadas até esta data.</p>
4	<p>Vistas as conclusões preliminares do estudo sobre mulheres e drogas nas Américas, solicita-se:</p> <p>1. à Secretaria Executiva da CIM que peça às Delegadas informações e, caso estejam disponíveis, dados estatísticos sobre a situação particular em seus países;</p> <p>2. à Secretaria Executiva da CIM que conclua o estudo com essas informações e o divulgue amplamente na região para aumentar a visibilidade da dimensão de gênero do problema da droga nas Américas; e</p> <p>3. à Presidente da CIM que participe do Quadragésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, a ser realizado em La Antigua, Guatemala, de 3 a 6 de junho de 2013, para assegurar que o trabalho e os acordos finais dessa Assembleia levem em consideração essas dimensões de gênero.</p>	<p><b>Cumprido</b></p> <p>Distribuiu-se um questionário sobre a abordagem do tema das drogas sob o enfoque de gênero aos Estados membros da OEA em 14/05/13.</p> <p>As respostas recebidas foram incorporadas no projeto de relatório da CIM, que está sendo revisto por um grupo de peritas antes de sua publicação.</p> <p>A Presidente da CIM Maureen Clarke participou da Assembleia Geral da OEA e do evento paralelo organizado pela CIM “Mulheres e drogas nas Américas: Um diagnóstico em construção”</p>

Acordo		Estado de cumprimento
5	Em acompanhamento da resolução CIM/RES. 260 (XXXVI-O/12), adotada pela Trigésima Sexta Assembleia de Delegadas da CIM, solicita-se à Secretaria Executiva da CIM que conclua a proposta “Desenvolvimento de capacidades para a integração de um enfoque de direitos e de igualdade de gênero na gestão integral de riscos de desastres nas Américas”, constante do documento CIM/CD/doc.33/12, e a distribua ao Comitê Diretor com um plano de mobilização de recursos, para que a Comissão possa apoiar esses esforços.	<b>Cumprido</b> A proposta foi finalizada e aprovada pela Comissão de Avaliação de Projetos da OEA.  No momento, não há recursos para sua implementação e a Secretaria está tentando identificar possíveis doadores.
6	Em preparação para a Décima Segunda Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, a realizar-se em São Domingos de 14 a 18 de outubro de 2013, solicita-se: 1. à Secretaria Executiva da CIM que continue divulgando às Delegadas informações sobre as dimensões de gênero e a participação de mulheres e meninas nas tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas Américas; e 2. à Presidente que participe dessa Conferência, representando a CIM, para consolidar a colaboração entre a CIM e a CEPAL.	<b>Cumprido</b> A Presidente da CIM participou da Conferência e a Secretaria participou da 21ª reunião dos organismos especializados e de outras organizações das Nações Unidas sobre o avanço das mulheres (14 de outubro).
7	Em acompanhamento da resolução CIM/RES. 264 (XXXVI-O/12), adotada pela Trigésima Sexta Assembleia de Delegadas da CIM, e do relatório de atividades da Presidente e da Secretária Executiva: 1. o Comitê Diretor se compromete a dar seguimento à comemoração do 85º aniversário da CIM; e 2. solicita-se à Secretaria Executiva da CIM que organize, no âmbito da Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretor da CIM 2013-2015, um evento para destacar os avanços da CIM na promoção e proteção dos direitos das mulheres e identificar os desafios principais a sua plena cidadania, para o que a Comissão oferece seu apoio na identificação de possíveis palestrantes e na mobilização de recursos.	<b>Parcialmente cumprido</b>  A Secretaria da CIM deu seguimento à comemoração do 85º aniversário da CIM (ver a seção V para mais detalhes).  Por falta de recursos financeiros, não foi possível realizar um evento para destacar os avanços da CIM em seus 85 anos.

**Segunda sessão ordinária do Comitê Diretor da CIM 2013-2015**

(20 de novembro de 2013, Washington, D.C.)

Acordo		Estado de cumprimento
1	Considerando-se os debates atuais em torno da visão estratégica da OEA, o Comitê Diretor acorda: 1. enviar, por meio da Presidente, uma comunicação ao Presidente do Grupo de Trabalho sobre a Visão Estratégica da OEA para destacar a importância do trabalho da CIM e a necessidade de lhe serem atribuídos recursos humanos e financeiros de maneira regular; 2. solicitar à Secretaria que mantenha informadas às Delegadas sobre os resultados do processo de trabalho desse Grupo;	<b>Em processo de cumprimento</b>

	<b>Acordo</b>	<b>Estado de cumprimento</b>
	<p>3. solicitar que o tema seja incluído na agenda da próxima sessão do Comitê Diretor da CIM 2013-2015.</p>	
<b>2</b>	<p>Vistos os avanços da CIM na área da cidadania política das mulheres das Américas, o Comitê Diretor acorda:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. divulgar e promover os estudos da CIM sobre a cidadania política das mulheres no nível nacional, inclusive, quando possível, por meio de eventos de lançamento; e</li> <li>2. fazer chegar à Secretaria Executiva da CIM propostas concretas de eventos para apoiar a participação, representação e liderança política das mulheres a fim de que se possa elaborar um calendário.</li> </ol>	<p><b>Em processo de cumprimento</b></p> <p>A Secretaria da CIM distribuiu amplamente os estudos da CIM de forma impressa e digital.</p> <p>Foram previstos diversos eventos de lançamento para 2014, além de outras atividades de acompanhamento a essas linhas de trabalho.</p> <p>Além dos estudos em si, a Secretaria está trabalhando em outros materiais de divulgação para disponibilizar os dados e as recomendações a uma audiência mais ampla.</p>
<b>3</b>	<p>Visto o projeto “Estratégia para o fortalecimento da coordenação entre a CIM e a sociedade civil”, constante do documento CIM/CD.doc.6/13 rev.1, o Comitê Diretor acorda:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. solicitar à Secretaria da CIM que distribua uma versão revista do documento com os comentários destacados pelas Delegadas para sua consideração na próxima sessão do Comitê Diretor da CIM 2013-2015.</li> </ol>	<p><b>Em processo de cumprimento</b></p> <p>A versão revista da Estratégia (CIM/doc.6/13 rev.1) foi distribuída às Delegadas em 07/11/13.</p> <p>Incorporou os comentários recebidos das Delegadas até a data.</p> <p>O documento será considerado na terceira sessão ordinária do Comitê Diretor, programada tentativamente para 8 de abril no México, D.F.</p>

## V. ATIVIDADES DA SECRETARIA DA CIM: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BIENAL DE TRABALHO DA CIM 2011-2012

### c. Cidadania política substantiva das mulheres para a democracia e a governabilidade

#### *Desenvolvimento de capacidades para a liderança e a incidência nas políticas públicas para a igualdade de gênero*

No último quinquênio, a Organização dos Estados Americanos e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento vêm desenvolvendo um processo de geração de consensos em torno dos principais desafios enfrentados pelos países para o fortalecimento da democracia e a governabilidade na América Latina e no Caribe por meio de diálogos e consultas nacionais. O objetivo desse processo é contribuir para a construção de uma visão comum da democracia desejada pelos cidadãos da região, bem como reconceitualizar o sistema democrático e as novas formas de participação política.

Neste processo, as visões, os direitos e as aspirações das mulheres, bem como a dimensão de gênero, precisam ser aprofundados. O quadro elaborado deve ser ampliado para levar em conta o exercício dos direitos humanos das mulheres e o cumprimento dos compromissos vinculantes assumidos pelos países na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará).

Neste contexto, a CIM vem executando o projeto “Desenvolvimento de capacidades para a liderança e a incidência nas políticas públicas para a igualdade de gênero”, com financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), da Secretaria das Relações Exteriores do México, da ONU Mulheres e da IDEA Internacional. Como resultado da mudança de prioridades na orientação do trabalho de cooperação da AECID, esse projeto, originalmente previsto para três anos, deixou de receber recursos e foi concluído em julho de 2012 ao encerrar-se o segundo ano.

Apesar dessa situação, a Secretaria da CIM conseguiu manter certo apoio às atividades iniciadas pelo projeto, com os seguintes resultados concretos:

- Publicação, em julho de 2013, do estudo *A aposta pela paridade: Democratizando o sistema político na América Latina (os casos do Equador, da Bolívia e da Costa Rica)*,<sup>7</sup> em colaboração com o Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA Internacional). O estudo documenta e analisa, de maneira crítica e sistemática, os processos que levaram à aprovação da paridade, identificando os fatores e os atores relevantes que influenciaram e avaliando os processos de implementação dessas normas.
- Publicação, em setembro de 2013, do estudo *A cidadania das mulheres nas democracias das Américas*,<sup>8</sup> em colaboração com a IDEA Internacional e a ONU Mulheres. O estudo resultou do trabalho do Grupo de Trabalho Regional: Cidadania Plena das Mulheres para a Democracia, iniciado em setembro de 2011 e apresentado no Segundo Fórum

7. CIM. *A aposta pela paridade: Democratizando o sistema político na América Latina (os casos do Equador, da Bolívia e da Costa Rica)*. Washington, D.C.: Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Americanos, 2013. Disponível em <http://www.oas.org/es/cim/democracia.asp>

8. CIM. *A cidadania das mulheres nas democracias das Américas*. Washington, D.C.: Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Americanos, 2013. Disponível em <http://www.oas.org/es/cim/democracia.asp>

Hemisférico “Cidadania das Mulheres para a Democracia”, organizado de 18 a 21 de julho, em São Domingos, República Dominicana. O estudo faz uma reflexão e examina criticamente a democracia sob diversas perspectivas, visões, preocupações e propostas. O trabalho faz uma análise do sistema democrático que vai além da dimensão representativa e das instituições, abrangendo outros âmbitos da vida que não são levados em conta na noção clássica da cidadania – entre os quais, gênero, interculturalidade, pluriétnicidade, cidadania sexual e reprodutiva e cidadania global.

Estes dois estudos foram lançados formalmente no seminário internacional organizado pela Secretaria da CIM e realizado em 19 de setembro de 2013 em Washington, D.C., com o objetivo de aprofundar o debate sobre a paridade e outras medidas especiais para garantir os direitos eleitorais e a representação política das mulheres. O seminário foi dividido em dois painéis. O primeiro, sobre as experiências da paridade de gênero na região, teve a participação de: Beatriz Llanos, Consultora de IDEA Internacional; Marlene Choque, da Representação Presidencial Agenda Patriótica 2025 da Bolívia; e Roxana Silva, Conselheira Nacional do Conselho Nacional Eleitoral do Equador. No segundo painel, sobre as perspectivas da representação política das mulheres, compartilharam suas visões e observações destacadas peritas em gênero da região: María del Carmen Alanís, Magistrada do Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação do México; María José Lubertino, Deputada da Cidade de Buenos Aires, Argentina; Lisa M. Shoman, Senadora da Oposição de Belize; Glynis Roberts, líder política da Frente Nacional Unida de Granada; e Susan Markham, Diretora para a Participação Política de Mulheres, do Instituto Nacional de Democracia (NDI).

Com o apoio do Governo dos Estados Unidos, o capítulo do estudo sobre a Cidadania das Mulheres nas Democracias do Caribe Anglófono<sup>9</sup> foi diagramado, impresso e distribuído em inglês, como documento separado. Em torno desse documento, a CIM está organizando uma série de atividades para visibilizar e promover a participação, representação e liderança das mulheres do Caribe nas instituições e nos processos democráticos de seus países.

O objetivo dos dois estudos e do acompanhamento que a Secretaria da CIM realizará é continuar aprofundando a análise dos pontos fortes e fracos dos sistemas democráticos atuais para atuar como avalistas do pleno exercício dos direitos das mulheres. Esse diálogo hemisférico tornou possível a participação de uma representação ampla e diversificada das mulheres que trabalham no âmbito da democracia, da política e dos direitos das mulheres na região, entre as quais estavam ministras, parlamentares, embaixadoras, autoridades de governos locais, organizações de direitos humanos, organizações e redes de mulheres, ativistas e acadêmicas, além de organismos intergovernamentais.

As atividades também se enquadram nas ações da CIM para o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados membros da OEA na *Declaração do Ano Interamericano das Mulheres "Mulheres e poder: Por um mundo com igualdade"* (CIM/DEC 10 (XXXV-O/10)) e dos mandatos recebidos para fortalecer a CIM como foro político hemisférico para impulsionar os direitos e a cidadania plena das mulheres nas Américas.

### ***Segunda consulta a parlamentares das Américas***

A Primeira Consulta a Parlamentares das Américas foi realizada paralelamente ao Segundo Fórum Hemisférico em 18 de junho de 2012, em São Domingos, em colaboração com a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas da Confederação de Parlamentos das Américas (COPA) e com a Comissão de Assuntos de Equidade de Gênero da Câmara de Deputados da República Dominicana. Esse

---

9. CIM. *Women's citizenship in the democracies of the Americas: the English-speaking Caribbean*. Washington, D.C.: Comissão Interamericana de Mulheres, Organização dos Estados Americanos, 2013. <http://www.oas.org/en/CIM/democracy.asp>

encontro reuniu as presidentes das Comissões de Igualdade de Gênero dos órgãos legislativos e parlamentares dos países das Américas com o objetivo de identificar os principais problemas, as prioridades e as estratégias para a promoção da igualdade entre homens e mulheres na agenda legislativa, em cumprimento dos tratados internacionais vinculantes na matéria ratificados pelos Estados.

Em acompanhamento desse encontro, em 14 de outubro de 2013 realizou-se em Brasília a Segunda Consulta a Parlamentares das Américas, de novo em colaboração com a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas e no âmbito da reunião anual da COPA. Essa segunda consulta teve como objetivo fazer avançar a agenda legislativa nos países da América Latina e do Caribe no âmbito de seus compromissos internacionais. Neste contexto, foram priorizados três temas de particular preocupação para as mulheres do hemisfério: violência de gênero; direitos sexuais e reprodutivos; e direitos econômicos.

A jornada teve início com a assinatura de um acordo entre a CIM e a Red/COPA para formalizar a colaboração entre as duas organizações e o desenvolvimento de atividades conjuntas até o final de 2014. Continuou com um painel técnico sobre as recomendações legislativas emanadas da Comissão da CEDAW e da Comissão de Peritas do MESECVI. Um segundo painel apresentou algumas das iniciativas existentes para fortalecer as agendas legislativas no tocante aos direitos das mulheres, entre as quais as experiências da Secretaria de Políticas para as Mulheres e do Congresso Nacional do Brasil, bem como do Conselho Europeu e da União Interparlamentar.

Na parte da tarde, foram organizados grupos de discussão sobre os três temas prioritários da Consulta, com os seguintes resultados concretos:

- No debate sobre violência de gênero, ressaltou-se a importância de que as leis incorporem dispositivos de *enforcement*, bem como orçamentos suficientes para o combate eficaz à violência. No âmbito político, identificou-se um vazio legislativo em torno da violência contra as mulheres. Como conclusão geral, enfatizou-se a necessidade de que o poder executivo e o poder judiciário se unam aos esforços dos legislativos para aplicar as normas aprovadas.
- Na discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos, destacou-se a necessidade do desenvolvimento de protocolos para a aplicação das normas existentes nos países que permitem o aborto terapêutico. Também foram abordados outros temas, como o acesso aos métodos anticoncepcionais, a violência obstétrica, a educação sexual, o acesso à saúde reprodutiva das mulheres, o problema da gravidez de adolescentes e os direitos dos LGTBI. A influência do poder parlamentar para deter os avanços nesta área também foi ressaltada diversas vezes na discussão. Como conclusão geral, destacou-se que as consequências de não se garantir o acesso à saúde sexual e reprodutiva das mulheres mediante leis discriminam sobretudo as mulheres mais pobres da região.
- Na discussão dos direitos econômicos, ressaltou-se a necessidade de se fechar o hiato salarial, garantir o emprego formal, promover o empreendedorismo e avançar na legislação para assegurar a licença maternidade e os serviços de atendimento.

Para 2014, a Red/COPA e a CIM acordaram realizar uma *Terceira Consulta a Parlamentares das Américas*, centrada na nova edição das boas práticas legislativas em matéria de direitos das mulheres.

### ***Democratização do sistema político e direitos eleitorais das mulheres***

As ações afirmativas, como as cotas de gênero, e outras medidas, como a paridade, adotadas pela maioria de países latino-americanos nas duas últimas décadas atuaram como acelerador da incorporação das mulheres nas instituições representativas. Hoje, 17 países da região instituíram cotas de gênero para as candidaturas eleitorais.<sup>10</sup> Quatro desses países adotaram a paridade: Bolívia, Costa Rica, Equador e Nicarágua. Os resultados das eleições eleitorais realizadas na Nicarágua, no Equador e na Costa Rica depois do estabelecimento da paridade foram muito favoráveis sob a perspectiva do cumprimento dos direitos. Com cerca de 40% de mulheres eleitas nos parlamentos nacionais, esses países estão entre os primeiros 15 do mundo com mais mulheres parlamentares.

Frente a esta realidade e no âmbito do trabalho contínuo que a CIM, o Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO) da OEA, a ONU Mulheres, o PNUD, o Instituto Nacional Democrata (NDI) e a IDEA Internacional desenvolvem para eliminar a discriminação contra as mulheres na participação político-eleitoral, em 30 de outubro se realizou um evento internacional na Cidade da Guatemala para abordar as oportunidades oferecidas pelo processo de reforma da Lei de Partidos na Guatemala de garantir o exercício dos direitos políticos das mulheres e a adoção da paridade de gênero. A mesa-redonda reuniu destacadas mulheres do mundo político – entre as quais Silvia Hernández, ex-Deputada Federal e ex-Senadora do México; Minou Tavarez Mirabal, Deputada do Congresso da República Dominicana; Francisca Morejón, da Rede de Mulheres Políticas, Equador; Catalina Soberanis, ex-Presidente do Congresso da República da Guatemala; Magda Cholotío, da Associação Política de Mulheres Maias Moloj; María Eugenia Villagrán de León, Presidente do Tribunal Supremo Eleitoral da Guatemala; e Elizabeth Quiroa Cuellar, Delegada Principal da Guatemala junto à CIM – para um debate sobre a importância de medidas especiais, como cotas e paridade, na garantia dos direitos eleitorais e da representação política das mulheres.

#### **d. Direitos humanos das mulheres e violência de gênero<sup>11</sup>**

##### ***Avaliação de iniciativas nacionais para produzir dados comparáveis sobre a violência contra as mulheres nos países da OECS***

Com o apoio dos governos do Chile, de Trinidad e Tobago e do Suriname, esse projeto de um ano de duração produzirá uma avaliação atualizada das estratégias nacionais dos 6 países da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS – Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Santa Lúcia, Saint Kitts e Nevis e São Vicente e Granadinas) e um estudo comparado.

A fase de pesquisa do projeto revisará as iniciativas de entidades do governo e da sociedade civil nos últimos dez anos (2002-2012) e o estado de implementação dos planos e das políticas sobre violência contra as mulheres. O diagnóstico sub-regional permitirá aos formuladores de políticas da OECS identificar e abordar melhor os hiatos em sua resposta à violência contra as mulheres nos níveis nacional e sub-regional, no contexto de seus compromissos adquiridos na Convenção de Belém do Pará.

---

10. Foram aprovadas leis de cotas/paridade em Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guiana, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai.

11. Para mais informações sobre o trabalho do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) e os resultados da Quinta Conferência de Estados Partes, ver o *Relatório sobre a Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*, “Convenção de Belém do Pará” em cumprimento da resolução AG/RES.2803/13 (XLIII-O/13) (CIM/doc.125/14).

O projeto contribuirá com uma linha básica para a OECS como recurso estratégico para a abordagem da violência contra as mulheres, e os resultados serão usados para ressaltar a necessidade de mais e melhores dados, os quais também formarão a base de uma segunda fase do projeto que, se contar com financiamento, incluirá pesquisas nacionais nos seis países da OECS.

Até esta data, o projeto concluiu a coleta de informações em todos os países da OECS, além de visitas a cada um deles para completar essas informações com entrevistas diretas e relatos de primeira mão dos atores interessados. Em Antígua e Barbuda e São Vicente e Granadinas, também foram organizados grupos focais com usuárias dos serviços de atendimento à violência doméstica. Como resultado dessas visitas, estão sendo elaborados relatórios nacionais que serão validados com os atores interessados dos países participantes. Três desses relatórios (Granada, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas) já foram concluídos.

### ***Integração de políticas e programas sobre HIV e violência contra a mulher sob a perspectiva dos direitos humanos na América Central e no Caribe***

Em acompanhamento da Declaração de São Salvador, adotada pela CIM em novembro de 2007, a CIM executou esse projeto entre setembro de 2008 e janeiro de 2012 com financiamento de AECID. Embora o projeto esteja concluído, a CIM continua trabalhando nessa área em resposta às demandas formuladas pelos parceiros do projeto, particularmente a comunidade de mulheres com HIV nas Américas, com os seguintes resultados concretos:

- Adoção pela Assembleia Geral da OEA da resolução AG/RES. 2802 (XLIII-O/13), “Promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas vulneráveis ao HIV/AIDS, vivendo com HIV/AIDS e afetadas pelo HIV/AIDS nas Américas”, que pretende fomentar ações em diversos âmbitos:
  - A análise, pela CIM e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da estrutura jurídica e normativa sobre o HIV nos Estados da região – com base nos compromissos que eles adquiriram mediante instrumentos internacionais e interamericanos – para identificar os obstáculos enfrentados pelas pessoas com HIV no pleno exercício de seus direitos humanos;
  - O trabalho da OEA, em colaboração com seus parceiros estratégicos, inclusive os grupos de mulheres com HIV, para apoiar os Estados na formulação e aplicação de leis e políticas públicas que protejam os direitos humanos das pessoas com HIV;
  - O maior acesso das pessoas com HIV, em particular mulheres grávidas e lactantes, aos antirretrovirais; e
  - A participação das pessoas com HIV, inclusive mulheres jovens, nos espaços de diálogo e tomada de decisões da OEA.
- Assinatura de um acordo de colaboração entre a CIM e a Fundação Mais Paz Menos AIDS, que busca unir e complementar os esforços dos dois organismos na promoção e defesa dos direitos humanos das pessoas vulneráveis ao HIV/AIDS, que vivem com o HIV/AIDS e são afetadas pelo HIV/AIDS nas Américas;
- Elaboração, em coordenação com os escritórios do UNAIDS para a América Latina e o Caribe, de um toolkit para fortalecer o exercício dos direitos humanos das mulheres jovens com HIV na região, a ser publicado no início de 2014; e

- Elaboração de um acordo de colaboração entre a OEA e o UNAIDS para fortalecer a garantia e a proteção dos direitos humanos das pessoas vulneráveis ao HIV/AIDS, que vivem com HIV/AIDS e são afetadas pelo HIV/AIDS nas Américas.

### ***Os direitos das mulheres: Da lei à prática***

Em 1º de março de 2013, no âmbito da Primeira Sessão Ordinária do Comitê Diretor da CIM 2013-2015, realizou-se uma mesa-redonda sobre o hiato entre os direitos das mulheres na lei e na prática, com o objetivo de tornar visível o fato de que a estrutura jurídica internacional e nacional sobre os direitos das mulheres ainda não é uma realidade para a grande maioria das mulheres do hemisfério. A mesa-redonda contou com a participação de Marie Yanick Mézile, Vice-Presidente da CIM e Ministra da Condição da Mulher do Haiti; Tracy Robinson, Comissária e Relatora para os Direitos da Mulher da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); Teresa Incháustegui, do Instituto de Pesquisas Jurídicas da Universidade Nacional do México (UNAM); e Katherine Romero, Advogada Principal do Women's Link.

Posteriormente, a CIM recebeu um pedido da Corte Suprema de Justiça do Poder Judiciário da Costa Rica para replicar esta mesa-redonda no âmbito do Congresso Internacional: Administração de Justiça e Gênero (São José, de 20 a 22 de agosto de 2013). Tracy Robinson não estava disponível na ocasião, de modo que a mesa-redonda foi replicada com a participação de Luz Patricia Mejía, Secretária Técnica do MESECVI, e Alda Facio, do ILANUD. A mesa foi moderada pela Magistrada Zarela Villanueva, Presidente da Corte Suprema de Justiça da Costa Rica.

### ***Justiça de gênero para os direitos das mulheres***

Continuando nessa linha de trabalho e com o apoio do Governo do Canadá, a CIM organizou o Encontro Internacional “Direitos humanos das mulheres: Boas práticas na justiça de gênero”, de 25 a 27 de setembro em Buenos Aires, Argentina, em colaboração e com o apoio da Corte Suprema de Justiça da Argentina. A reunião teve como objetivo analisar a situação atual da justiça de gênero, identificando os obstáculos persistentes e as boas práticas existentes nos países da região. Com base nessa análise das boas práticas, o seminário identificou áreas específicas de cooperação hemisférica para fomentar e potencializar a justiça de gênero como uma ferramenta poderosa na luta contra a discriminação e a violência.

A reunião identificou 17 boas práticas na justiça de gênero e na resposta à violência contra as mulheres, incluindo experiências de diversos setores, entre os quais polícia, promotoria pública, suprema corte, poder executivo, sociedade civil e comunidade internacional. Essas práticas serão reunidas em um documento e em um compêndio virtual e servirão de base para o trabalho futuro da CIM na área de justiça de gênero.

Na reunião, a CIM firmou um acordo de colaboração com a Corte Suprema de Justiça da Argentina, que visa unir e complementar os esforços dos dois organismos na promoção e implementação da justiça de gênero. Com base nesse acordo, a CIM elaborou versões preliminares de acordos de colaboração com as Cortes Supremas de Bolívia, Costa Rica, El Salvador, México e Venezuela.

Em 2014, essas e outras práticas formarão a base de uma plataforma virtual de justiça de gênero cujo objetivo será facilitar ferramentas concretas aos operadores de justiça responsáveis por proteger os direitos das mulheres e cumprir suas obrigações de devida diligência. Além de sistematizar o trabalho realizado até a data, a plataforma também servirá como espaço permanente de apoio técnico e de intercâmbio de informações e experiências, bem como das boas práticas, entre as Cortes Supremas e outras instâncias de justiça da região, e entre estas e os sistemas de proteção dos direitos humanos

interamericanos e internacionais.

Os participantes do encontro identificaram também uma série de lacunas na capacidade do sistema de justiça de responder de maneira efetiva a violações dos direitos das mulheres, notavelmente a ausência de sensibilidade diante desses direitos e a falta de instrumentos jurídicos internos, interamericanos e internacionais que os protejam, além da incapacidade do sistema de justiça em geral de aplicar a estrutura jurídica existente de maneira eficaz, consistente e livre de discriminação, preconceitos e estereótipos.

Especificamente, as recomendações emanadas do encontro visaram, entre outras coisas:

- Introduzir a perspectiva de gênero na investigação e no julgamento de delitos nas mais altas instâncias judiciais da região;
- Solicitar que a formação em investigação e julgamento com perspectiva de gênero faça parte do currículo obrigatório de formação na carreira judicial;
- Coordenar o trabalho de acesso à justiça para mulheres vítimas de violência com os defensores e promotores públicos da região, peritos, médicos forenses, polícia e todos os atores que acompanham as vítimas de violência no processo;
- Realizar esforços de sensibilização e de conscientização dos atores judiciais e incluí-los nesses processos;
- Compilar a doutrina e a jurisprudência em justiça de gênero da Corte Interamericana de Direitos Humanos, para divulgar seu conhecimento em todos os países da região e realizar capacitações internas com base nesses padrões;
- Visibilizar as diferentes formas de violência contra as mulheres; e
- Determinar estratégias de divulgação dos protocolos já aprovados na matéria e da Convenção de Belém do Pará entre todas as Cortes Supremas de Justiça da região, bem como nas escolas de direito, por meio de seminários de capacitação.

Nesse contexto, a CIM, em colaboração com as Cortes Supremas da Argentina e do México, com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (OHCHR) e com o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), trabalhará na elaboração de um curso de capacitação virtual sobre a justiça de gênero para os direitos humanos das mulheres, visando os operadores de justiça (juízes, promotores, policiais, defensores públicos, médicos forenses, etc.)

### ***Indicadores do exercício dos direitos humanos das mulheres***

Em acompanhamento do *Sistema de indicadores de progresso para a medição da implementação da Convenção de Belém do Pará*<sup>12</sup> e com o apoio do Governo do Canadá, a CIM avançou no projeto “Inserção de instrumentos de promoção de direitos das mulheres e igualdade de gênero na formulação de políticas públicas nas Américas”. Os objetivos do projeto são: i) fortalecer a capacidade dos Estados membros da OEA no acompanhamento e na avaliação efetiva do impacto das políticas públicas nos direitos humanos das mulheres; e ii) avaliar e apoiar o papel dos mecanismos nacionais para o avanço da mulher na condição de principais órgãos nacionais encarregados do cumprimento das funções de acompanhamento e avaliação.

12. Para mais informações, ver o *Relatório sobre a Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*, “Convenção de Belém do Pará” em cumprimento da resolução AG/RES.2803/13 (XLIII-O/13) (CIM/doc.125/14). e <http://www.oas.org/es/mesecvi/docs/CEVI10-Indicators-ES.doc>

Neste contexto, em 2013 foram realizados diagnósticos no Brasil, na Costa Rica, na Guatemala, no Equador, na República Dominicana e em Trinidad e Tobago para identificar i) até que ponto os planos e os relatórios nacionais sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero levavam em conta os compromissos adquiridos no nível interamericano e internacional; e ii) as estatísticas atuais agrupadas por sexo que poderiam apoiar o monitoramento do exercício dos direitos das mulheres. Com base nesses diagnósticos, criou-se o Grupo Regional de Peritas sobre de Exercício dos Direitos das Mulheres com o propósito de elaborar uma proposta de indicadores que possam ser utilizados nos Estados para o monitoramento mais eficaz do exercício dos direitos das mulheres.

O Grupo de Peritas realizou sua primeira reunião em novembro de 2013 e a segunda reunião em fevereiro de 2014, e está atualmente elaborando a proposta de indicadores. Em 2014, esse sistema de indicadores será a base de uma série de workshops de capacitação em colaboração com os mecanismos das mulheres, as instituições de estatísticas e outros atores relevantes nos países participantes do projeto.

### **c. Segurança cidadã sob um enfoque de gênero**

#### ***A participação das mulheres na comercialização das drogas ilícitas***

Matérias da mídia, acompanhadas dos poucos dados disponíveis, indicam que, nos últimos anos, a participação da mulher no problema internacional das drogas aumentou consideravelmente. No entanto, embora seja visível nas notícias, essa participação está ausente na pesquisa e em outras atividades realizadas pela maior parte dos organismos governamentais e intergovernamentais nas Américas.

Em acompanhamento dos acordos adotados na Primeira Sessão Ordinária do seu Comitê Diretor 2013-2015 (28 de fevereiro de 2013), a CIM organizou, no âmbito do Quadragésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA (4 a 6 de junho de 2013, La Antigua, Guatemala) e em colaboração com a Comissão Interamericana contra o Abuso de Drogas (CICAD) da OEA, a mesa-redonda “Mulheres e drogas nas Américas: Um diagnóstico em construção”, com o objetivo de conscientizar os delegados da OEA e outros participantes da crescente participação das mulheres no complexo tema das drogas. O evento reuniu representantes do governo, do mundo acadêmico, da sociedade civil e da comunidade internacional para o intercâmbio dos conhecimentos atuais sobre a participação da mulher no problema da droga e para a identificação das áreas em que se precisa de mais pesquisa, políticas públicas e programas específicos.<sup>13</sup>

A mesa-redonda reuniu um painel de autoridades e peritos, entre os quais: Roxana Baldetti, Vice-Presidente Constitucional da Guatemala; José Miguel Insulza, Secretário-Geral da OEA; Maureen Clarke Clarke, Presidente da CIM; Elizabeth Quiroa Cuellar, Delegada Principal da Guatemala junto à CIM; Corina Giacomello, da Universidade Autônoma de Chiapas (UNACH); Eka Lakobishvili, da Harm Reduction International (HRI); Marie Nougier, do Consórcio Internacional sobre a Política de Drogas (IDPC); Diana Esther Guzmán, do Centro de Estudo de Direito, Justiça e Sociedade (DeJusticia); e Carlos Zamudio, do Coletivo para uma Política Integral para as Drogas (Cupihd). O objetivo era o exame dos efeitos das políticas e da legislação sobre drogas nas mulheres como produtoras, fornecedoras e consumidoras de drogas. Na mesa-redonda, os palestrantes destacaram a importância da incorporação de critérios diferenciados na análise da situação da mulher e do homem no problema das drogas.

Como acompanhamento da mesa-redonda e com o objetivo de começar a preencher o hiato de informações sobre a participação das mulheres no mundo das drogas, a CIM elaborou um diagnóstico preliminar com base nos dados existentes de diversos estudos de caso, bem como em informações fornecidas por alguns dos Estados membros da OEA. Esse diagnóstico foi enviado ao grupo de peritas(os)

---

13. O relatório final da mesa-redonda está disponível em <http://www.oas.org/es/cim/docs/Report-WomenDrugsSideEvent-FINAL-ES.doc>

palestrantes da mesa-redonda para sua validação técnica e para a incorporação de seus comentários. O documento está atualmente em processo de tradução e impressão e será lançada em uma mesa-redonda em 31 de março de 2014, em Washington, D.C., organizada pela CIM em colaboração com o Consórcio Internacional sobre Políticas de Drogas (IDPC) e o Washington Office on Latin America (WOLA), e com o apoio do Governo do México.

#### **d. Institucionalização do enfoque de direitos humanos e igualdade de gênero no trabalho da OEA<sup>14</sup>**

Como encerramento do projeto “Integração da Análise de Gênero e da Igualdade e Equidade de Gênero como Temas e Objetivos Transversais em Todos os Programas da OEA”, executado como parte do Programa OEA/CIDA 2008-2011, realizou-se a primeira rodada do curso virtual “Enfoque de direitos e de igualdade de gênero em políticas, programas e projetos”, entre 10 de janeiro e 29 de março de 2013. Essa primeira edição do curso foi direcionada ao pessoal da OEA, como acompanhamento de etapas anteriores de capacitação presencial em gênero oferecida pela Organização a seu pessoal e como resposta à necessidade da Organização de avançar de maneira mais sistemática e substantiva na integração do enfoque de gênero e de direitos em seu trabalho e no Sistema Interamericano.

A primeira edição do curso on-line se encerrou com a graduação de 23 participantes da SG/OEA. A avaliação geral do curso foi muito positiva, e algumas sugestões para fortalecê-lo foram levadas em conta na sua segunda edição. A partir de sua segunda edição (9 de outubro a 10 de dezembro 2013), o curso também foi oferecido externamente a outros profissionais e interessados. Em resposta à convocação, inscreveram-se 125 participantes (cinco sala de aulas), 25 dos quais da SG/OEA. Além disso, neste período se implementou a nascente Comunidade de Prática de Gênero da OEA (CoP) para o pessoal da SG/OEA, na qual vêm sendo realizadas sessões temáticas de intercâmbio.

No período deste relatório, a CIM continuou seu trabalho de assessoria teórica e técnica às demais secretárias e departamentos da OEA, e a outros órgãos do Sistema Interamericano, para apoiar a institucionalização do enfoque de direitos humanos e igualdade de gênero no trabalho da Organização. Destacam-se as seguintes ações:

- Na *Secretaria de Administração e Finanças*, manteve-se uma cooperação contínua com o Departamento de Planejamento e Avaliação (DPE) da Secretaria de Administração e Finanças, por meio da participação ativa da CIM na Comissão de Avaliação de Projetos da OEA e em seu Grupo de Trabalho, para assegurar que o enfoque de direitos humanos e igualdade de gênero seja integrado nos projetos da Organização e em sua avaliação, bem como na classificação e prestação de contas sobre os mandatos da OEA. Destaca-se a tendência crescente das diversas áreas de integração da perspectiva de gênero na formulação e implementação de seus projetos, o que inclui projetos desenhados especificamente para fazer avançar o empoderamento e a participação das mulheres em diversos setores.
- Na *Secretaria de Assuntos Jurídicos*, a CIM participou, em 9 de outubro de 2013, em Washington, D.C., do workshop sobre “Os Mecanismos de Proteção dos Direitos dos

---

14. Para mais informações sobre os avanços no nível da Secretaria-Geral da OEA sobre a integração do enfoque de direitos e de igualdade de gênero, ver o *Relatório do Secretário-Geral sobre a Implementação do “Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero” em cumprimento da resolução AG/RES. 2770 (XLIII-O/13)*, documento CIM/doc.124/14.

Povos Indígenas” com uma apresentação sobre os mecanismos existentes de proteção dos direitos das mulheres indígenas, a qual incluiu as recomendações da Comissão de Peritas do MESECVI e a matriz de indicadores de progresso para a medição da implementação da Convenção de Belém do Pará, que contém uma diversos indicadores de exercício dos direitos das mulheres indígenas. Além disso, os gerentes nacionais e o coordenador do Programa Interamericano de Facilitadores Judiciais (PIFJ) da OEA, foram capacitados em gênero e direitos por meio do referido curso on-line.

- Na *Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI)*, mantêm-se cooperação e assistência técnica com vários de seus departamentos:
  - (i) No âmbito trabalhista, com o Departamento de Desenvolvimento Humano, Educação e Emprego, na época Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE/SEDI), existe uma permanente coordenação para o acompanhamento das “Linhas estratégicas da XV CIMT para avançar rumo à igualdade e à não discriminação de gênero no âmbito do trabalho decente” (2007),<sup>15</sup> das conclusões da Primeira Reunião Interministerial entre Ministros e Ministras de Trabalho e Ministras da Mulher ou das mais altas autoridades deste setor do hemisfério sobre a Igualdade de Gênero no Trabalho Decente (2011) e dos resultados do projeto da CIM “Avanço da Igualdade de Gênero no Âmbito do Trabalho Decente” (2009-2011).<sup>16</sup> Neste contexto, a Secretaria Executiva da CIM participou de várias reuniões da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), entre as quais aquelas em preparação da XVIII CIMT realizadas em Bahamas, entre 16 e 19 de abril 2013, em que foram feitas apresentações e se ofereceram assessoria e assistência técnica, o que incluiu o workshop hemisférico “Para condições mais justas de trabalho: Promovendo a inclusão trabalhista com equidade” (16 abril). A colaboração CIM-CIMT se reflete na consolidação que a perspectiva de gênero e de direitos das mulheres tem na agenda técnica e política dessa Conferência.
  - (ii) Também com o então DDSE/SEDI foram levadas a cabo, sob sua liderança e em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as primeiras três auditorias de gênero realizadas na região – nos Ministérios do Trabalho de Barbados, El Salvador e Peru – por uma equipe de peritas da OEA e da OIT e com apoio financeiro do governo canadense.
  - (iii) Ainda com o DDSE/SEDI, a CIM acompanhou uma equipe técnica da OEA em uma visita de diagnóstico sobre os sistemas de informação na área da migração trabalhista com enfoque de gênero na Costa Rica, na Nicarágua, no Panamá e na República Dominicana entre 22 e 26 de julho de 2013. As visitas técnicas incluíram reuniões e entrevistas com funcionários governamentais dos Mecanismos Nacionais para o Avanço da Mulher, bem como com representantes da OIT e da Organização Internacional para as Migrações (OIM) na Costa Rica e na Nicarágua, respectivamente;
  - (iv) Com o Departamento de Desenvolvimento Econômico e Social, a CIM está implementando o projeto Diagnósticos Participativos de Gênero em Ministérios Sociais no âmbito da Rede Interamericana de Proteção Social, com o apoio do Governo dos Estados Unidos. Nesta data, a preparação da metodologia para os diagnósticos está avançada e estão sendo identificados os países participantes. O

---

15. Disponíveis em [http://www.oas.org/es/sedi/ddse/paginas/cpo\\_trab\\_15minist.asp](http://www.oas.org/es/sedi/ddse/paginas/cpo_trab_15minist.asp)

16. Os resultados deste projeto estão disponíveis em <http://www.oas.org/es/cim/trabajo.asp>

- projeto terá início com a capacitação de pessoal dos ministérios sociais selecionados e dos mecanismos nacionais da mulher correspondentes.
- (v) Com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS/SEDI), a CIM preparou o projeto “Desenvolvimento de capacidades para a integração de um enfoque de direitos e de igualdade de gênero na gestão integral de riscos de desastres nas Américas”, cuja implementação dependerá da obtenção de novos recursos. Esse projeto foi preparado com base em um estudo prévio levado a cabo pela CIM e pelo DDS/SEDI. Além disso, no âmbito do projeto do DDS/SEDI “Comunidades sustentáveis na América Central e no Caribe”, financiado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, a CIM, a pedido do DDS/SEDI, avaliou cerca de 60 propostas de projetos concorrentes a financiamento.
  - (vi) Com a Comissão Interamericana de Portos (CIP), a CIM colaborou na organização e participou do seminário hemisférico “Políticas Públicas e Visibilidade das Mulheres no Setor Portuário das Américas”, realizado em 14 e 15 de março de 2013 em São Domingos, República Dominicana, com o objetivo de promover o desenho de políticas públicas e iniciativas privadas de participação da mulher portuária e elaborar e aprovar a implementação do Observatório da Mulher Portuária. Além disso, como produto desse seminário, coorganizado com o Ministério da Mulher e outras entidades do setor portuário dominicano, a CIP dispõe de diretrizes para fazer avançar a perspectiva de gênero em sua agenda de trabalho. Esta foi para a CIM a oportunidade de iniciar a colaboração com um setor que movimenta mais de 85% do comércio internacional de mercadorias e do qual somente 3% da força de trabalho feminina participa.
- Na *Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL)*, a CIM continuou participando e assessorando por meio das reuniões de sua Comissão Consultiva sobre Questão de Gênero nas Américas (CCPI), que inclui a Vigésima Segunda Reunião do CCPI (Buenos Aires, 22 de maio, 2013). Além disso, pela primeira vez se teve a participação da CITEL no Comitê Diretor da CIM, com uma apresentação de seu Secretário Executivo em um diálogo sobre a Inserção de Mulheres e Meninas nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no âmbito da Primeira Sessão Ordinária do Comitê Diretor 2013-2015. Atualmente, com contribuições oferecidas pelos Mecanismos Nacionais para o Avanço da Mulher e pelos órgãos diretores de telecomunicações, a CIM coordena com a CITEL um estudo que esta Comissão está preparando sobre a situação das mulheres e das meninas nas TICs.
- Na *Secretaria de Segurança Multidimensional*:
- (i) Apoio pontual à integração de dimensões de gênero em projetos e relatórios da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) e do Departamento de Segurança Pública.
  - (ii) Reuniões informativas com os responsáveis pelo Observatório Interamericano de Drogas e pelo Observatório Interamericano de Segurança para propor a incorporação de dados e indicadores específicos sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero, inclusive os indicadores de progresso para a medição da implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI/CEVI/doc.188 /13 rev.1).

- Na *Secretaria de Assuntos Políticos*, tem-se mantido colaboração constante com o Departamento de Cooperação para a Observação Eleitoral (DECO) quanto à implementação de sua metodologia de observação eleitoral e a análise dos resultados com enfoque de gênero.
- Na *Secretaria das Relações Exteriores*, a CIM colabora com o Departamento de Assuntos Internacionais no programa de Assembleias Modelo da OEA, oferecendo, quando se solicita, uma profissional para assistência técnica e organização de reuniões e mesas-redondas especializadas.
- Com os organismos autônomos especializados, têm-se mantido colaboração e assessoria, a pedido dessas instâncias, entre as quais a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA), o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN) e a OPAS, mediante a participação na Reunião do Grupo Assessor Técnico sobre Igualdade de Gênero na Saúde (TAG/GEH). Esses e outros organismos autônomos especializados oferecem anualmente contribuições à CIM para a preparação do relatório anual do Secretário-Geral da OEA em acompanhamento do PIA.

## VI. COMEMORAÇÃO DO 85º ANIVERSÁRIO DA CIM

A Trigésima Sexta Assembleia de Delegadas da CIM adotou a resolução CIM/RES. 264 (XXXVI-O/12) sobre a comemoração do 85º aniversário da CIM, na qual as Delegadas se comprometeram a:

- Encaminhar atividades e iniciativas para celebrar esse aniversário, em particular na comemoração do Dia da Mulher das Américas (18 de fevereiro) e no Dia Internacional da Mulher (8 de março);
- Instar seus governos a que apóiem fundos específicos para facilitar a realização de atividades relacionadas, inclusive a publicação de um documento que mostre os avanços e os desafios dos direitos das mulheres no hemisfério;
- Instar o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) a que dê destaque a essa comemoração entre as atividades principais da Organização no corrente ano, dando-lhe visibilidade e prioridade políticas.

Neste sentido, a Secretaria Executiva lançou essa comemoração em 18 de fevereiro passado com as seguintes atividades:

- mensagem da Presidente, que está disponível no site e foi distribuída às Delegadas em 15 de fevereiro;
- publicação de uma nota sobre o 85º aniversário na página principal da OEA (<http://www.oas.org/es/default.asp>) a partir de 18 de fevereiro até o presente;
- campanha “85 Tweets” no Twitter (<https://twitter.com/CIMOEA> e <https://twitter.com/CIMOAS>), com o objetivo de divulgar informações e estatísticas, boas práticas e outras iniciativas sobre temas de interesse para as mulheres da região, a qual foi encerrada em 2 de agosto;
- divulgação de mensagens sobre a página da CIM no Facebook (<https://www.facebook.com/ComisionInteramericanaDeMulheres>);
- criação de um site sobre o 85º aniversário (<http://www.oas.org/es/cim/85>);
- criação de um boletim eletrônico mensal, em julho de 2013, para apoiar a divulgação dos resultados concretos do trabalho da CIM; e
- criação do blog “Diálogo CIM” (<http://dialogocim.org/>) com o objetivo de ampliar e aprofundar o debate de temas de preocupação especial para as mulheres do hemisfério.

O resultado concreto desses esforços foi uma maior visibilização do trabalho da Comissão e do hiato persistente entre os direitos das mulheres no papel e na prática. As contas da CIM no Twitter têm quase 500 seguidores, a página de Facebook é acompanhada por mais de 700 seguidores, o boletim eletrônico é assinado por quase 1.000 pessoas. Existe uma estreita coordenação com o Departamento de Comunicação e Imprensa da OEA para assegurar maior visibilidade do trabalho da CIM na página principal da OEA.

## ANEXO I

Execução orçamentária do Fundo Ordinário da CIM em 31 de dezembro de 2013 (US\$)

	<b>Atribuição de Fundos</b>	<b>Obrigações</b>	<b>Gastos</b>	<b>Saldo Disponível</b>
<b>23010 - Secretaria Permanente</b>	1,097,248	930	1,096,318	-
<b>23011 - Presidente/Comitê Diretor</b>	35,175	11,277	23,898	-
<b>23014 - Cooperação horizontal</b>	24,994	2,285	22,709	-
<b>23016 - Transversalização de gênero</b>	30,332	634	29,698	-
<b>23017 - Prevenção da violência contra a mulher</b>	30,426	6,530	23,896	-
<b>Total:</b>	<b>1,218,175</b>	<b>21,656</b>	<b>1,196,519</b>	<b>-</b>